



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE (Art. 543-B do Código de Processo Civil)

Período de referência: Janeiro/Febrero/Março de 2015

Nº Tema STF	Processo	Questão Jurídica	Recursos Sobrestados TJSE	Trânsito Julgado
5	RE-561836	Compensação da diferença de 11,98%, resultante da conversão em URV dos valores em cruzeiros reais, com o reajuste ocorrido na data-base subsequente.	11	NÃO
6	RE-566471	Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	5	
16	RE-643247	Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	1	
19	RE-565089	Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	3	
25	RE-565714	Vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo.	3	SIM
31	RE-565048	Exigência de garantia real ou fidejussória para impressão de documentos fiscais de contribuintes inadimplentes.	1	SIM
45	RE-573872	Expedição de precatório antes do trânsito em julgado do título judicial exequendo.	2	
96	RE-579431	Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requerimento.	2	
123	ARE-652492	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	10	
129	RE-591054	Consideração de ações penais em curso como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.	1	
155	RE-601234	Progressividade do IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000.	4	
163	RE-593068	Contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, os serviços extraordinários, o adicional noturno e o adicional de insalubridade.	1	
176	RE-593824	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	40	
201	RE-593849	Restituição da diferença de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária.	4	
210	RE-636331	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	3	
220	RE-592581	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	1	
226	RE-602347	Cobrança do IPTU pela alíquota mínima nos casos de declaração da inconstitucionalidade da sua progressividade.	104	
257	RE-606358	Inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a Emenda Constitucional nº 41/2003.	3	
259	RE-595676	Tributação da importação de pequenos componentes eletrônicos que acompanham material didático de curso de montagem de computadores.	1	
264	RE-626307	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	28	
265	RE-591797	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	82	
285	RE-632212	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	4	
315	RE-592317	Aumento de vencimentos e extensão de vantagens e gratificações pelo Poder Judiciário e pela Administração Pública.	3	NÃO



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE (Art. 543-B do Código de Processo Civil)

Período de referência: Janeiro/Febrero/Março de 2015

Nº Tema STF	Processo	Questão Jurídica	Recursos Sobrestados TJSE	Trânsito Julgado
346	RE-601967	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.	1	
358	RE-601146	Competência dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para decidir sobre questão previdenciária, no bojo de processo autônomo de perda de posto e patente de militar.	1	
376	RE-635739	Cláusulas de barreira ou afinilamento em concurso público	1	SIM
379	RE-605552	Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação.	5	
381	RE-630852	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	8	
382	RE-603917	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	2	
386	RE-611874	Realização de etapas de concurso público em datas e locais diferentes dos previstos em edital por motivos de crença religiosa do candidato.	1	
396	RE-603580	Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência.	7	
400	AI-837409	Legitimidade ativa para cobrar IPTU referente à área de município em que se controverte acerca da observância do artigo 18, § 4º, da Constituição Federal no processo de desmembramento.	546	
452	RE-639138	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	2	
456	RE-598677	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	3	
476	RE-608482	Manutenção de candidato investido em cargo público por força de decisão judicial de caráter provisório pela aplicação da teoria do fato consumado.	2	NÃO
480	RE-609381	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre proventos percebidos em desacordo com o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.	1	
485	RE-632853	Controle jurisdicional do ato administrativo que avalia questões em concurso público.	1	
508	RE-600867	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.	3	
523	RE-666156	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000	36	
526	RE-669465	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.	1	
531	RE-693456	Desconto nos vencimentos dos servidores públicos dos dias não trabalhados em virtude de greve.	1	
533	ARE-660861	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	1	
542	ARE-842844	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	3	
551	ARE-646000	Extensão de direitos concedidos aos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	43	



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS SOBRESTADOS POR LEADING CASE (Art. 543-B do Código de Processo Civil)

Período de referência: Janeiro/Febrero/Março de 2015

Nº Tema STF	Processo	Questão Jurídica	Recursos Sobrestados TJSE	Trânsito Julgado
559	RE-614384	Convalidação, pela EC 57/2008, de desmembramento municipal realizado em desobediência ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal e suas consequências sobre execuções fiscais ajuizadas anteriormente à promulgação da citada emenda constitucional.	225	
576	ARE-683235	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	3	
612	RE-658026	Constitucionalidade de lei municipal que dispõe sobre as hipóteses de contratação temporária servidores públicos.	1	SIM
615	RE-680089	Constitucionalidade da cobrança de ICMS, pelo Estado de destino, com base no Protocolo ICMS 21/2011 do CONFAZ, nas operações interestaduais de vendas de mercadorias a consumidor final, realizadas de forma não presencial.	11	SIM
624	ARE-701511	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	2	
635	ARE-721001	Conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária, por aqueles que não mais podem delas usufruir, seja por conta do rompimento do vínculo com a Administração, seja pela inatividade, tendo em vista a vedação do enriquecimento sem causa pela Administração. Extensão do entendimento a outros direitos de natureza remuneratória não usufruídos no momento oportuno, a exemplo da licença-prêmio.	1	NÃO
698	RE-684612	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	6	
Total de Processos Sobrestados (STF)			936	